
A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE*

Georges Lapassade**

Bogdan e Taylor (1975) definem a observação participante da seguinte forma:

pesquisa caracterizada por um período de intensas interações sociais entre o pesquisador e os sujeitos, no ambiente destes. Nesse período os dados são coletados sistematicamente (...).

Os observadores mergulham pessoalmente na vida das pessoas. Eles compartilham suas experiências. A expressão “observação participante” tende a designar o trabalho de campo como um todo, desde a chegada do pesquisador ao campo, quando ele começa a negociar o acesso, até o momento em que sai após uma longa estadia.

Durante esta estadia, os “dados recolhidos” provêm de diversas fontes e nomeadamente:

- A própria observação participante (aquilo que o pesquisador percebe, “observa” ao conviver com as pessoas, ao compartilhar suas atividades);
- Entrevistas etnográficas; conversas de campo ocasionais;
- O estudo dos documentos oficiais e especialmente dos "documentos pessoais" (este termo refere-se aos “materiais” através dos quais as pessoas revelam, utilizando sua própria linguagem, o seu ponto de vista sobre sua vida, seja em sua totalidade ou sobre parte dela, ou, ainda, a algum outro aspecto de si mesmas. Esses materiais são diários pessoais, cartas, autobiografias).

I. PREPARAÇÃO DO LEVANTAMENTO E NEGOCIAÇÃO DO ACESSO AO CAMPO

O pesquisador deve primeiro escolher seu tema de estudo ou sua área de atuação (ele pode não precisar de realizar tal escolha se for integrante de uma comissão de

* Tradução de Nildo Viana.

** Psicossociólogo, educador e sociólogo; Foi professor em diversas universidades, especialmente a Universidade de Paris VIII. Autor de “*Grupos, Organizações e Instituições*”; “*A Autogestão Pedagógica*”; “*Chaves de Sociologia*” (em coautoria com Rene Lourau); “*A Entrada na Vida*”, entre diversos outros livros.

pesquisa). Deve também preparar a sua investigação (antecipar problemas metodológicos, etc.).

Inicialmente o pesquisador não formulará hipóteses. As “hipóteses” (se quisermos manter este termo) surgirão gradualmente durante a investigação. Adler e Adler (1986) descrevem diversas formas pelas quais é possível negociar a entrada, ou seja, para se introduzir na periferia de uma situação e de formar relacionamentos úteis para a pesquisa:

- Alguns conseguem o acesso através de uma pessoa que tenha o poder legal de admiti-lo numa instituição e pode abrir-lhe as portas, são chamados de “Gatekeepers”¹. Marquart (1983), que queria realizar um estudo em uma prisão de Quebec, foi apresentado ao local por um agente penitenciário que conheceu durante um curso de formação. Da mesma forma, muitas intervenções socioanalíticas têm sua origem no encontro entre um socioanalista e um membro de uma instituição durante um estágio, uma conferência ou um ensino na universidade.

- F.W. Whyte conseguiu a sua "entrada" para seu campo – a rua, as pessoas de um bairro italiano de Boston – graças a uma assistente social de "Cornerville" que o apresentou a Doc, o líder de uma gangue de jovens que iria apresentá-lo a este bando e a todo o bairro (Whyte 1955).

- Outro tipo de relação facilitadora foi descrito por Hoffman (1980) em um estudo com executivos médicos em hospitais de Quebec. Ela começou utilizando métodos tradicionais de negociação de acesso ao campo (cartas de apresentação, conversas telefônicas, agendamento de entrevistas). Mas não ficou satisfeita com os resultados obtidos até o dia em que, de forma imprevisível, foi ajudada pelas suas origens sociais: pertencia à elite da sociedade e este era o seu trunfo fundamental, descoberto por acaso durante uma entrevista com um dirigente que por coincidência era amigo de sua família. Essa circunstância transformou a situação inicial de tal forma que a partir daquele dia a qualidade das entrevistas realizadas por Hoffman mudou completamente: ela adentrou verdadeiramente na pesquisa já em andamento.

Destacamos, aqui, a ambiguidade da noção etnográfica de “entrada” (ou “acesso ao campo”), pois esse termo pode significar, num caso, a permissão formal de acesso, e, noutro caso, o momento em que o investigador conquista a confiança dos membros que concordam em realmente em se abrir com o investigador.

¹ Esse termo pode ser traduzido como “guardião” ou “porteiro”, mas consideramos que, no contexto do uso oferecido por Lapassade, significa “responsável” (legal, oficial) (NT – Nota do tradutor).

II. OS PAPÉIS DO PESQUISADOR NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Que papel o pesquisador participante pode assumir no campo? Esta questão tornou-se central na literatura etnográfica assim que os etnógrafos começaram, entre 1950 e 1960, a refletir sobre os fundamentos da sua prática.

1. R. L. Gold, Adler e Adler.

Um dos primeiros a abordar a questão foi provavelmente R. L. Gold (1958) num artigo que dedicou, precisamente, aos papéis do etnógrafo no trabalho de campo sociológico na sequência do estudo iniciado em Chicago em 1950 por Bufor Junker, estudo do qual participou.

Gold distingue o “observador-completo”, o “observador-participante”, o “participante-observador” e o “participante-completo”, categorizando assim as atitudes do pesquisador desde o envolvimento mínimo até ao envolvimento máximo. Estas categorias foram retomadas e desenvolvidas por Junker (1960). Adler e Adler (1987) adotaram e modificaram a categorização de Gold.

Falar sobre o papel do pesquisador, seu grau de envolvimento, sua forma de participar (que pode evoluir no decorrer do trabalho) é descrever o próprio trabalho de campo a partir de sua referência central: o pesquisador, em sua relação com a situação.

2. A questão da “máscara”.

Em geral, o pesquisador anuncia a cor: revela às pessoas sua identidade profissional (overt researcher)². Mas às vezes acontece que ele o esconde: falamos então de “covert researcher”, expressão que pode ser traduzida como “observador oculto ou clandestino”. Nesse sentido, utilizou-se a noção de “estratégia entrista”³. Em sentido estrito, entrismo significa que a pessoa que ingressa em uma organização não indica o real propósito de sua “filiação”. No entanto, esta noção de entrismo também poderia aplicar-se, por extensão, a todas as formas de observação participante, sejam elas “declaradas” “ou ocultas”.

Nesse sentido, utilizou-se a noção de “estratégia de entrada”, em sentido estrito, entrismo significa que a pessoa que ingressa em uma organização não indica o real

² Em inglês, no original. Pode ser traduzido como “pesquisador declarado” (NT).

³ Lapassade explica o conceito de entrismo, distinguindo-o da concepção original, oriunda do trotskismo, em seu livro *Grupos, Organizações e Instituições* (Cf. LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989) (NT).

propósito de sua “filiação”. No entanto, esta noção de entrismo também poderia aplicar-se, por extensão, a todas as formas de observação participante, sejam elas “declaradas” “ou ocultas”.

A observação mascarada foi recentemente ilustrada por pesquisas cujos autores assumiram o papel (a máscara) de um:

- S.D.F (Sem domicílio fixo)⁴;
- Trabalhador turco imigrado para a Alemanha (chefe de material);
- Ativista do partido (FN)⁵, sendo que este desconhecia a sua verdadeira identidade como jornalista, para realizar a sua investigação.

Na literatura sociológica mais clássica, podemos citar a pesquisa “oculta” de D. Roy (1959) em ambiente industrial e de M. Dalton (1959) para gerentes intermediários. O que acontece em investigações realizadas em locais públicos pode ser considerado um caso de identidade não declarada. Entre os mais famosos estavam, entre outros, os de Goffman sobre o comportamento das pessoas na vida cotidiana.

Por outro lado, quando pratica etnografia em instituições, o pesquisador, em geral, declina sua identidade profissional. A escolha de um papel depende, pelo menos em parte, da situação.

Ambas as abordagens têm vantagens e desvantagens. A ocultação do investigador (dos seus objetivos, da sua profissão, da sua atividade real) coloca sérios problemas éticos. Alguns investigadores rejeitam a observação encoberta porque, dizem, ela torna o campo impraticável para outros sociólogos. Outros pesquisadores aceitam isso. Mas muitos observadores “disfarçados” não conseguem controlar a sua ansiedade no campo; eles ficam em permanente estado de tensão com a ideia de terem que esconder até o fim sua verdadeira identidade como pesquisadores.

Podemos considerar que toda investigação é mais ou menos disfarçada: nenhum investigador admite diretamente todos os objetivos da sua investigação. No trabalho que dedicaram à sociologia qualitativa, Schwartz e Jacobs (1979) substituem a noção de “*covert role*”⁶ por “*the unknown observer*”⁷ – o observador “desconhecido”. Ele pode ser

⁴ Morador de rua (NT).

⁵ Frente Nacional pela Unidade Francesa, mais conhecido como “Frente Nacional” (donde a sigla FN), que em francês é *Front national*, é um partido político francês considerado de “extrema-direita”, foi fundado em 1972 e mudou seu nome para “Reunião nacional” (*Rassemblement national*) em 2018 (NT).

⁶ Em inglês, no original. Pode ser traduzido como “papel secreto” (NT).

⁷ Em inglês, no original. A tradução é a que Lapassade apresenta a seguir, “o observador desconhecido” (NT).

considerado tanto como um “espião” quanto como um “membro ingênuo”, que já faz parte do grupo estudado antes de realizar a pesquisa participativa nesse mesmo grupo.

3. Três graus de pertencimento, três formas de “relação com o campo”.

Patrícia e Peter Adler, sob o título: *Membership Roles in Field Research* (1987)⁸ apresentam três tipos de envolvimento: envolvimento periférico (peripheral Membership), envolvimento ativo (active Membership), envolvimento completo (complete Membership)⁹.

a) Observação participante periférica

Os investigadores que escolhem este papel – ou esta identidade – consideram que é necessário um certo grau de envolvimento, essencial para quem quer compreender a atividade das pessoas, a sua visão do mundo, a partir de dentro. Eles participam suficientemente do que está acontecendo para serem considerados “membros” sem serem admitidos no “centro” das atividades. Eles não assumem papel importante na situação estudada.

O carácter “periférico” deste primeiro tipo de envolvimento tem a sua origem, em primeiro lugar, numa escolha epistemológica: certos investigadores acreditam que um envolvimento excessivo poderia bloquear qualquer possibilidade de análise para eles. EC Hughes chama de “emancipação” (Chapoulie 1984: 598, nota 48), uma abordagem na qual o pesquisador encontra “um equilíbrio sutil entre distanciamento e participação”. Chapoulie, que comenta esta definição de Hughes, consistente com a tradição clássica de Chicago, retoma-a e considera que esta prudência metódica é o preço a pagar por permanecer sociólogo na aventura da “participação” (termo que ele prefere substituir, sempre por Hughes, por observação direta, ou *in situ*)¹⁰.

Foi o caso de Peskin (1984) durante a sua investigação sobre um grupo cristão fundamentalista com o qual partilhava diversas atividades cotidianas, vivendo em sua casa, participando nas suas competições desportivas... A sua inevitável marginalidade devia-se ao fato de que, sendo ele próprio da religião judaica, não podia acatar as convicções religiosas do grupo.

⁸ Em português: *Funções dos membros na pesquisa de campo* (NT).

⁹ O autor usou os termos em inglês no original, que significam, respectivamente, membro periférico, membro ativo e membro completo (NT).

¹⁰ Em latim, no original, pode ser traduzido como “no local” (NT).

Para Horowitz (1983), os limites ao envolvimento eram a idade, os hábitos de vestuário e a não participação nas atividades sexuais ou perigosas do grupo que estudava; os membros deste grupo a chamavam de "senhora" e mais tarde de "senhora repórter"; ela era vista como a cronista do grupo.

O facto de escrever, de preparar um livro, em particular, por vezes até de ser visto como “jornalista” pode facilitar o acesso à vida de um grupo ao mesmo tempo que produz expectativas, obrigações diversas, etc.).

Normalmente, a posição na observação participante periférica implica contatos cotidianos ou semicotidianos. Esses pesquisadores, às vezes, podem acomodar em suas casas membros do grupo estudado: Adler e Adler, quando estudavam o mundo das drogas, forneciam asilo temporário, em suas casas, aos traficantes após serem libertados da prisão. Ao mesmo tempo, como "Lady" Horowitz, tentaram manter uma certa distância; eles entravam e saíam livremente do grupo quando quisessem, e essa presença esporádica limitava as expectativas do grupo em relação a eles. Uma proximidade potencial muito grande poderia tornar o investigador demasiado disponível para um possível “recrutamento” pelo grupo.

b) Observação participante ativa

Às vezes, o pesquisador se esforça para desempenhar um papel e adquirir um *status* dentro do grupo ou da instituição que estuda. Este status permitir-lhe-á participar ativamente nas atividades como membro, mantendo uma certa distância: tem um pé aqui e outro noutro lado.

Laurence Wieder (1974) tentou praticar a observação participante em um centro de recuperação (Halfway House)¹¹ que abrigava jovens ex-presidiários, presos por delitos de drogas e libertados em liberdade condicional (em liberdade provisória e sob supervisão). Ele rapidamente se deparou com o fato de que esses jovens classificavam as pessoas em duas categorias opostas: aqueles que eram do seu mundo, e os outros, que eram todos vistos como inimigos: entre eles estavam psicólogos, educadores, sociólogos e, portanto, o próprio Wieder. Este último poderia ter aderido a esse campo, como lhe foi proposto. Mas ele estava vinculado a um contrato com a administração penitenciária que assumiu os custos desta pesquisa; então, se tivesse mudado para o outro campo, não teria

¹¹ Halfway House (Casa de Recuperação) é um instituto existente nos Estados Unidos para pessoas com antecedentes criminais ou problemas de transtorno por uso de substâncias que visa sua “recuperação”, ou seja, sua reintegração na sociedade (NT).

conseguido estudar a instituição como um todo, com seus guardas e psicólogos. Finalmente, como muitas vezes acontece, os valores de Wieder não eram os dos ex-presidiários, o que é uma limitação comum no caminho para a participação “total” na vida dos grupos marginais.

A participação de investigadores em grupos marginais permanece, em geral, periférica.

No entanto, Wieder soube tirar partido da rejeição que recebeu dos residentes deste centro: estes rejeitaram-no, ou, mais precisamente, recusaram-se a falar com ele (de uma forma mais íntima) com base e por efeito de um “Código das Prisões” que era precisamente o seu objeto de estudo. Fazendo da necessidade uma virtude, Wieder transformou o obstáculo em um analisador. Ele fez dele um dos meios de análise da produção do “código do condenado” (Wieder 1974).

Existe um problema com a observação participante ativa, particularmente em estabelecimentos educacionais.

Como podemos praticar uma etnografia “participativa”, verdadeiramente ativa, evitando “participar” nas mudanças, ou mesmo causá-las? O observador participante ativo corre o risco de introduzir outros valores na situação que está estudando. Numa escola ou num liceu, por exemplo, através do seu modo de atuação “permissivo”, poderá apresentar um modelo educativo alternativo, que seja uma forma de intervenção e capaz de mudar a situação. Deveríamos definir a participação ativa como uma intervenção que não diz o seu nome?

c) Observação participante completa

A “participação completa” é, ela mesma, subdividida em duas subcategorias:

- participação completa por oportunidade onde o pesquisador aproveita a “oportunidade” que lhe é dada pelo seu *status* já adquirido na situação. O pesquisador, aqui, é antes de tudo um membro da situação.

- participação completa por conversão. Adler e Adler referem-se, a este respeito, à etnologia. Citam Carlos Castañeda, que deixou a Universidade e mudou de personalidade devido ao seu contato com seu “guru”, o feiticeiro Yaqui, Don Juan; e Benetta Jules-Rosette, que saiu para estudar os Bapostolo da África e que se converteu ao entrar em contato com eles, adotando sua religião (Jules-Rosette, 1976). Esta última forma de participação é atribuída por Adler e Adler à recomendação etnometodológica que pede ao pesquisador que “se torne o fenômeno que estuda” (Mehan; Woods, 1975).

Esta noção de “participação completa” reúne dois tipos de investigadores completamente heterogêneos:

- investigadores que já se encontram, pelo seu *status*, na situação que estudam (que trabalham em instituições como “professores em uma escola” ou “na rua como assistentes sociais”) e que passam de praticantes a investigadores;

- etnólogos profissionais, ou em processo de profissionalização (elaboração de uma tese) que levam a participação ao extremo, até à participação-fusão por “conversão”. Mas estes últimos vêm de fora, enquanto professores e assistentes sociais (entre outros) que se tornam investigadores mantendo sua condição.

III. OBSERVADOR PARTICIPANTE EXTERNO E OBSERVADOR PARTICIPANTE INTERNO

A oposição entre o interior e o exterior permeia todos os trabalhos contemporâneos sobre observação participante, mas não está suficientemente sistematizada. Para esclarecer este ponto proporemos uma nova forma de articular os papéis dos observadores-participantes.

Distinguiremos dois papéis, que geralmente não são apresentados como tal na literatura etnográfica: o do observador participante externo (OPE), por um lado, e o do observador participante interno (OPI), por outro lado:

- O OPE vem de fora, e essa é a condição habitual do pesquisador, porque ele vem por um tempo limitado, o tempo da sua pesquisa, ele solicita “entrada”, fica lá alguns meses – raramente mais –, e por tempo parcial, conserva outros papéis paralelos, e depois sai do campo e escreve sua tese, ou seu relatório;

- o OPI, pelo contrário, é um investigador que é antes de tudo um “ator” numa instituição onde exerce uma função. E ele deve então seguir o caminho oposto ao OPE: enquanto o observador participante externo (OPE) tem primeiro um papel definido e um *status* de pesquisador e deve, por um tempo, assumir o papel de ator (“participante”), o OPI parte de um papel permanente e *status* de ator e deve acessar o papel de pesquisador.

4. PARTICIPAÇÃO E DISTANCIAMENTO

As tipologias de observação participante com os seus vários graus de envolvimento são atravessadas por uma questão permanente que ainda não recebeu, até à data, uma resposta plenamente satisfatória: como conciliar a necessidade metodológica

de envolvimento na vida de um grupo ou de uma instituição com a perspectiva necessária do ofício de sociólogo? Como evitar se tornar um “nativo”?

Esta questão, naturalmente, deixa de se colocar no caso da participação “*completa*” por “*conversão*”, que supõe uma imersão total pela qual se torna membro pleno. Mas, fora este caso limite, a questão permanece levantada e tem o seu lugar em todos os manuais de etnografia.

A necessidade de manter uma certa distância – aliás inevitável – é constantemente invocada, talvez para dar garantias de seriedade metodológica. Não devemos esquecer, a este respeito, que os proponentes da tradição etnográfica tiveram de enfrentar críticas de outros sociólogos, que se apresentavam como os únicos investigadores aptos de fornecer garantias confiáveis de rigor científico. Colocados na defensiva, os etnógrafos tiveram de se colocar no mesmo terreno da cientificidade e responder nos mesmos termos. Em 1958, Howard Becker falou em “verificação de hipóteses” segundo o modelo central da sociologia positivista. Foi apenas em 1967 que Glaser e Strauss fundaram a autonomia de uma abordagem etnográfica que produz as suas hipóteses ao longo do caminho (Glaser; Strauss, 1967).

A oposição e a tensão entre “participação” e “distanciamento” encontram outra fonte na tradição etnográfica de Chicago.

No início deste século, muitos estudantes de sociologia desta universidade também eram assistentes sociais ou preparavam-se para o ser. Tiveram que, tal como os professores-investigadores que prepararam um doutoramento na Universidade sobre a sua prática institucional, fazer uma transição da participação completa para as situações que viviam, nomeadamente com os jovens marginais– tiveram que passar à “*observação*”. Sua prática passada ou atual tornou-se objeto de pesquisa. Os jovens marginais de quem cuidavam já não eram apenas objetos de intervenção social. Ao acederem ao papel, novo para eles, de investigadores, tiveram que conquistar um “*distanciamento*” à partir de uma posição inicial, e não profissional, de “*participação*” completa, de imersão no seu “campo” que havia sido primeiro “*espaço*” de intervenção: a rua. O debate teórico sobre “*participação e distanciamento*” seria, portanto, a transposição acadêmica de uma problemática de pesquisa da pesquisa-ação (pesquisa a partir de uma ação social).

V. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E PESQUISA-AÇÃO.

Na obra intitulada *Fieldwork*¹², Bufor Junker (1960) escreve:

O trabalho de campo, praticado ocasionalmente ou rotineiramente na educação, no serviço social e em outras atividades de relações humanas, caracteriza-se pelo fato de se preocupar em contribuir para o conhecimento (isto é, por meio de pesquisa fundamental destinada à produção de conhecimento puro), sendo seu objetivo direto, ao contrário, "mudar pessoas, ou situações, ou ambas".

Um pouco mais adiante (página 2), Junker acrescenta isto:

Neste trabalho trataremos apenas do trabalho de campo no que se refere às ciências sociais – isto é, da tarefa de observar, registrar e relatar o comportamento das pessoas na situação contemporânea sem a intenção de alterar ou alterar as situações em que se encontram eles próprios... O trabalho de campo assim definido preocupa-se inteiramente com o avanço do conhecimento nas ciências sociais.

Junker, como vemos, separa rigorosamente etnografia e pesquisa-ação. Encontramos uma posição oposta num trabalho mais recente, dedicado aos métodos de investigação qualitativa (Deslauriers, 1987), trabalho em que um dos autores, André Fortin, afirma que “desde os anos sessenta” falamos agora de observação participante num contexto de pesquisa-ação, sociologia engajada ou serviço social.

Mais adiante, o mesmo autor sublinha “a diferença entre a observação participante tradicional” (a de Junker?) em que a divulgação dos resultados da investigação “é exclusivamente acadêmica” e a pesquisa-ação, onde, graças a uma divulgação mais popular, nomeadamente no ambiente em causa, esperamos ter uma influência no curso das coisas. Em outras palavras, a abordagem de observação participante tem como finalidade principal a constituição de conhecimento com objetivo interacionista: esse conhecimento é devolvido como *feedback* aos membros de um grupo social; torna-se uma ferramenta de mudança.

Finalmente, é interessante notar a proximidade da observação participante e da pesquisa-ação no trabalho que W. F. Whyte publicou no final de uma longa carreira sob o título: *Learning from the field*¹³ (Whyte 1985). O capítulo dez deste trabalho é dedicado à descrição de três “tipos de pesquisa-ação aplicada” classificados por ordem crescente de envolvimento do pesquisador. A descrição baseia-se em situações de pesquisa-ação das quais o autor foi muitas vezes o animador principal (Neste sentido, retoma a noção francesa de “*animação social*”). Lemos, nesta mesma obra, que Whyte participou das

¹² Em português: “trabalho de campo” (NT).

¹³ Em português: *Aprendendo com o campo* (NT).

sessões de verão do NTL em Bethel, Maine¹⁴, organizadas pelos discípulos de Kurt Lewin a partir de 1947 com base nos famosos T. Groups (é preciso evitar confundir White, nome de um assistente de Kurt Lewin, e W. F. Whyte)¹⁵. Ora, estas sessões e estes T. Groups constituíam o lugar de destaque da pesquisa-ação de acordo com a orientação fundada por Kurt Lewin na época em que W. F. Whyte conduzia o seu inquérito por observação participante, entre jovens do bairro italiano de Boston.

Ao longo de uma longa carreira, que durou meio século, Whyte provavelmente passou mais tempo na pesquisa-ação com observação participante do que na observação participante entendida num sentido mais tradicional, ou seja, pela imersão no ambiente como ele o praticou em o início da sua carreira, (entre 1936 e 1940, entre os jovens da "esquina"). Mas como o seu nome permaneceu ligado sobretudo à publicação do seu grande livro inicial, *Street Corner Society*¹⁶, esquecemos o outro aspecto da sua carreira. Mas é realmente um aspecto diferente? Não é tão certo: no livro de 1985, Whyte lembra que foi investigar o bairro pobre italiano de Boston porque era um reformista. Ele queria mudar a sociedade – como todos os pioneiros da etnografia sociológica nos primeiros dias da Escola de Chicago.

Esta relação entre etnografia participante e pesquisa-ação constitui um problema pouco estudado. Geralmente não é discutido em livros didáticos de sociologia qualitativa. No entanto, este é um dos problemas fundamentais do trabalho de campo hoje.

REFERÊNCIAS

ADLER, P.; Adler, P. *Membership Roles in Field Research*. 1987.

JUNKER, Bufor. *Fieldwork*. 1960.

LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3a edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves,

¹⁴ NTL: Instituto Nacional de Laboratórios de Treinamento para Ciências Comportamentais Aplicadas, fundada nos Estados Unidos (cidade de Bethel, condado de Oxford, no estado de Maine), por Kurt Lewin, em 1947 (NT).

¹⁵ Um grupo T ou grupo de treinamento é uma forma de treinamento em grupo onde os participantes aprendem sobre si mesmos (e sobre pequenos grupos) através da interação entre si. A origem dos T.Groups se encontra nas contribuições de J. L. Moreno e Kurt Lewin, sendo que alguns atribuem a outros autores a sua criação (NT).

¹⁶ Edição brasileira: *Sociedade de Esquina. A Estrutura Social de uma área urbana pobre e degradada* (NT).

WHYTE, W. F. *Learning from the field*. 1985.

WHYTE, W. F. *Sociedade de Esquina*. A Estrutura Social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.